



***ENTRE SILENCIAMENTOS E CONQUISTAS:
ESCREVIVÊNCIA DE UMA DOCENTE NEGRA COMO PRÁTICA DE
RESISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA***

***ENTRE SILENCIOS Y LOGROS:
LA ESCRITURA DE UNA PROFESSORA NEGRA COMO PRÁCTICA DE
RESISTENCIA EN LA UNIVERSIDAD PÚBLICA***

***BETWEEN SILENCES AND ACHIEVEMENTS:
WRITING OF A BLACK TEACHER AS A PRACTICE OF RESISTANCE IN THE
PUBLIC UNIVERSITY***

*Driële Luize Souza da Silva¹
Raquel Brandão Pereira²*

RESUMO

Esse artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado que tem como sujeito de análise as experiências de professoras negras em uma universidade pública brasileira. No enfoque desse trabalho, analisa-se a escriturabilidade de uma docente, denominada nesse estudo como DN cuja trajetória de acesso ao ensino superior por meio de concurso público se viu permeada pelo desafio de ter sua autodeclaração racial contestada e, assim, obrigou-a a recorrer à via judicial para garantir sua posse. A análise, fundamentada numa perspectiva interseccional, investiga como o racismo estrutural e os processos de exclusão operam no ambiente universitário. A abordagem qualitativa desse estudo organiza-se em categorias temáticas: racismo institucional e judicialização do acesso; escriturabilidade como resistência e construção coletiva; A leitura da escriturabilidade de DN permite repensar os mecanismos de exclusão que ainda permeiam as instituições de ensino superior no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres negras; Ensino superior; Escriturabilidades.

RESUMEN

Este artículo presenta un fragmento de una investigación doctoral que tiene como tema de análisis las experiencias de profesores negros en una universidad pública brasileña. En el foco de este trabajo, se destaca la escritura de una docente, denominada en este estudio DN,

¹ Doutoranda em Educação e Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutora em Educação pela FURG. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

cuya trayectoria de acceso a la educación superior por concurso público estuvo permeada por el desafío de que su autodeclaración racial fuera cuestionada y, por lo tanto, la obligó a recurrir a la vía judicial para garantizar su titularidad. El análisis, basado en una perspectiva interseccional, indaga en cómo operan los procesos estructurales de racismo y exclusión en el ámbito universitario. El enfoque cualitativo de este estudio se organiza en categorías temáticas: racismo institucional y judicialización del acceso; la escritura como resistencia y construcción colectiva; La lectura de los escritos de DN nos permite repensar los mecanismos de exclusión que aún permean las instituciones de educación superior en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Mujeres negras; Enseñanza superior; Escrituras.

ABSTRACT

This article presents an excerpt from a doctoral research that has as its subject of analysis the experiences of black professors in a Brazilian public university. In the focus of this work, the writing of a teacher, named in this study as DN whose trajectory of access to higher education through public competition was permeated by the challenge of having her racial self-declaration challenged and, thus, forced her to resort to the judicial route to guarantee her tenure. The analysis, based on an intersectional perspective, investigates how structural racism and exclusion processes operate in the university environment. The qualitative approach of this study is organized into thematic categories: institutional racism and judicialization of access; writing as resistance and collective construction; The reading of DN's writings allows us to rethink the mechanisms of exclusion that still permeate higher education institutions in Brazil.

KEYWORDS: Black women; Higher education; Writings.

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado uma intensificação de discursos e práticas reacionárias que desafiam políticas de reparação histórica, sobretudo aquelas voltadas à população negra, mesmo que assegurados pela Constituição de 1988 como o Projeto de Lei 4125/2021 que tenta suprimir o critério racial da Lei 12.711/2012 e restringir as cotas universitárias apenas à baixa renda, revogando a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas; Decreto 9.759/2019 que extinguiu conselhos participativos, dentre eles o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), esvaziando mecanismos de controle social sobre políticas antirracistas e o pacote de projetos conhecidos como Escola Sem Partido, exemplificado pelo PL 7180/2014, que visa proibir o debate sobre racismo estrutural e outros marcadores nas salas de aula, comprometendo a efetividade da Lei 10.639/2003.

Essas propostas colidem com os princípios da Constituição Federal, especialmente no que tange a igualdade e dignidade humana, nos artigos 3º e 5º que impõem ao Estado o dever de combater desigualdades. Ademais, ameaçam conquistas como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e as Leis de Cotas (12.711/2012 e 12.990/2014),

situando a permanência de mulheres negras no magistério superior como resistência contra o retrocesso.

Dessa forma, esse artigo parte do relato em uma pesquisa de doutorado, registrado em um caderno, intitulado: *escrevivências*, para analisar trajetórias de docentes negras. Aqui identificamo-la como DN, que, ao ter sua autodeclaração racial questionada em processo seletivo, recorreu à justiça para assegurar o reconhecimento de sua identidade. Assim, o estudo propõe uma reflexão acerca das contradições presentes na inserção de mulheres negras no ambiente acadêmico, investigando como a *escrevivência* se configura como um gesto político e epistemológico de resistência.

A análise se apoia na abordagem qualitativa e interseccional, inspirada nas contribuições de autoras essenciais para a compreensão dos marcadores sociais das diferenças e resistência, tais como Conceição Evaristo (2005), Carla Akotirene (2019), Sueli Carneiro (2003), bell hooks (2015) e Audre Lorde (2009). Por meio dessas lentes analíticas, esse estudo tem o objetivo de compreender as barreiras impostas pelo racismo estrutural e os atravessamentos que atingiram a DN e a maneira que ela reescreve sua história.

O artigo está dividido em cinco seções principais. A Introdução, que contextualiza o cenário político atual, evidenciando a intensificação de discursos reacionários e a importância da resistência das mulheres negras na universidade. Na Fundamentação Teórica, são discutidos os conceitos de *escrevivência*, interseccionalidade e feminismo negro, fundamentando a análise com autoras como Conceição Evaristo, Kimberlé Crenshaw, e Sueli Carneiro. A Metodologia traz a abordagem qualitativa e interseccional adotada, utilizando o caderno de *escrevivências* de DN como fonte principal. A Análise da *Escrevivência* de DN é subdividida em quatro eixos que discorrem sobre o racismo institucional, a dor do apagamento, a escrita como resistência e os caminhos para a inclusão. Nas Considerações Finais, o artigo sintetiza as reflexões sobre a necessidade de repensar as práticas institucionais para uma universidade verdadeiramente inclusiva.

Fundamentação Teórica

A *escrevivência*, conceito elaborado por Conceição Evaristo (2010), propõe uma escrita que vem da experiência, atuando como expressão da memória e da resistência coletiva. Essa autora faz a junção das palavras escrever, viver e se ver, mostrando que a escrita não é só ação de escrever, ela pode ser entendida como uma confirmação de subjetividades. Diferente da autobiografia tradicional, essa escrita transcende um relato,

pois, se configura como uma forma de produção de conhecimento, que dialoga com os atravessamentos de raça, gênero e classe. Nas escriturizações de DN aparecem momentos que representam um desafio, durante o concurso público que reafirmam sua identidade e sua presença na universidade.

A produção apresentada em eventos como o VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) 2023 e o GT 21 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) 2024 evidencia que a escriturização se consolidou como um caminho importante, para mapear trajetórias de docentes negras. Lisboa, Tavares e Sousa (2024), ao analisarem diários de campo de professoras da Educação Infantil, e Pereira (2024), por meio de cartas pedagógicas de uma docente quilombola, demonstram que a escrita de si constitui um arquivo contra-hegemônico capaz de sustentar redes de cuidado e permanência no ensino superior. Tais investigações chegam a conclusões similares, desafiam que o sistema funciona pela lógica meritocrática, mostram evidências que contradizem o discurso oficial de que as instituições são imparciais. .

Para Evaristo, escrever-se é inscrever-se numa memória coletiva que resgata os saberes historicamente silenciados. Assim, a escrita da docente torna-se simultaneamente um exercício de denúncia e de reafirmação da sua legitimidade enquanto sujeito político e produtor de conhecimento. Ao fazer uso desse recurso metodológico, o estudo enfatiza a dimensão afetiva e ética do relato, alinhando-se às perspectivas de bell hooks (2015) e Audre Lorde (2009), que apontam para a escrita como um instrumento de libertação e resistência.

A partir das ideias de Kimberlé Crenshaw (2002) e das amplificações realizadas por Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade possibilita a compreensão dos múltiplos atravessamentos que configuram a experiência de mulheres negras no ambiente acadêmico. O cruzamento entre raça, gênero e classe evidencia as múltiplas formas de opressão que se interconectam, resultando em práticas discriminatórias que vão desde a contestação de identidade até a exclusão de espaços de poder.

Reforçando o debate da interseccionalidade, Patricia Hill Collins (2022) retoma a ideia de ‘matriz de dominação’ para evidenciar que raça, gênero, classe e nação operam de modo relacional e situacional. No contexto das universidades brasileiras, essa matriz se materializa na atuação de comissões de heteroidentificação, nos critérios de avaliação docente e em currículos limitados e euro-centrados, o que indica que a contestação da identidade racial de professoras negras, como ocorreu com DN, não se configura como um evento isolado, mas integra a forma como as estruturas institucionais que governam

mecanismo de inclusão e pertencimento.

Tal ocorrência não constitui um episódio pontual, mas integra as estruturas institucionais que operam na regulação dos vínculos de pertencimento. "O feminismo negro, por sua vez, fundamenta essa perspectiva crítica, problematizando a invisibilização e a marginalização das mulheres negras nos discursos e práticas institucionais. Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (2020) oferecem ferramentas analíticas para compreender como o racismo estrutural opera e cria barreiras que excluem a presença e o saber das mulheres negras e não negras. Dessa forma, a análise realizada neste artigo situa a escriturização de DN como um movimento que desafia a lógica meritocrática e problematiza o controle operado pela branquitude sobre os marcadores de legitimidade na universidade.

A produção intelectual e as reflexões de bell hooks acerca do feminismo negro também oferece subsídios importantes a este debate. Em *Teaching to Transgress* (1994) e *Ain't I a Woman?* (1981), hooks argumenta que escrever-se e ensinar-se compõem uma pedagogia radical do amor, capaz de subverter salas de aula hierarquizadas. Ao reconhecer a 'centralidade da experiência vivida' como fonte legítima de teoria, hooks legitima a escriturização enquanto projeto político-pedagógico que aproxima saber acadêmico e cotidiano, convertendo a classe em espaço de cura e transformação coletiva.

Os estudos de Sueli Carneiro (2003) e Nilma Lino Gomes (2017) apontam que o racismo institucional não se restringe à ausência de políticas de inclusão, pois manifesta-se por meio da má aplicação e até da negação seletiva de dispositivos legais. O caso de DN, que precisou recorrer à Justiça para garantir seu direito de concorrer por cotas mostra como o Estado exerce uma vigilância excludente sobre os corpos negros, o que reforça critérios racializados que perpetuam a desigualdade.

Jurema Werneck (2016) reforça essa perspectiva ao evidenciar o controle exercido sobre o corpo negro, que é constantemente submetido à validação por meio de mecanismos de heteroidentificação. Assim, a judicialização se configura como um caminho de resistência e como um indicador das falhas do sistema em reconhecer e valorizar a identidade negra de forma plena. Tal processo, que pode ser entendido como uma forma de epistemicídio, denota a tentativa de silenciar saberes e experiências que não se encaixam na lógica universalizante do saber acadêmico tradicional. Segundo Sueli Carneiro "o epistemicídio é um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação da legitimidade das formas de conhecimento produzido pelos grupos dominados e de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento" (2005, p. 96).

Os estudos de caráter empíricos desenvolvidos por Rocha e Azevedo (2021) e Almeida (2024), apresentados e discutidos no último COPENE demonstram que a judicialização do acesso experimentada por DN ecoa em outras docentes negras que tiveram a autodeclaração contestada em concursos para o magistério superior. As autoras evidenciam que o racismo institucional se atualiza por meio de pareceres técnicos, listas de deferimento e decisões judiciais que, não raro, protelam por anos a posse das candidatas. Ao documentar essas rotas de resistência, os trabalhos reforçam a urgência de políticas internas de acolhimento e acompanhamento jurídico-psicossocial, deslocando a responsabilização individual para uma crítica ao sistema.

A teoria propõe uma reconfiguração da produção de conhecimento e defende que a experiência deve ser reconhecida como fonte legítima do saber, o que confronta os paradigmas acadêmicos hegemônicos, que historicamente excluíram formas alternativas de expressão, privilegiando uma memória coletiva e a voz dos silenciados como instrumentos essenciais de resistência. Ao resgatar identidades silenciadas, a proposta evidencia como os mecanismos institucionais opressores restringem o reconhecimento de saberes não convencionais e perpetuam a exclusão. Nesse contexto, a escrita torna-se uma ferramenta que questiona a lógica meritocrática vigente, que se confronta com o epistemicídio e reafirma o papel político da expressão pessoal na luta por uma sociedade equânime.

Caminhos Metodológicos

Esse estudo apresenta uma abordagem qualitativa e interseccional para a análise da escriturização da docente DN. A investigação origina-se de uma tese de doutorado aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Adotou-se um delineamento metodológico de natureza qualitativo-interpretativista, fundamentado em epistemologia afrorreferenciada, com o objetivo de analisar as escriturizações de docentes negras de uma universidade pública, situada no Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, com a metodologia bola de neve, onde uma docente vai indicando outra, chegamos a 12 professoras, mas 7 consentiram participar da pesquisa, em um período de 12 meses. Para os propósitos deste artigo, apresenta-se, de forma aprofundada, a trajetória de uma das participantes (DN), selecionada por representar, de maneira paradigmática, os conflitos judiciais concernentes à autodeclaração racial.

A base empírica dessa pesquisa é o caderno pessoal de escriturizações produzido

pela participante, que narra suas experiências de vida e os desafios enfrentados no processo de judicialização para o reconhecimento de sua autodeclaração racial. A leitura da escrita em sua totalidade, permitiu a identificação de categorias temáticas, as quais se organizam em quatro perspectivas: racismo institucional e judicialização do acesso; escrevivência como resistência e construção coletiva; experiência de DN e os caminhos para a inclusão.

O processo de escrita foi iniciado mediante contato eletrônico, no qual foi apresentado o convite para participação na pesquisa e explicitado o conceito de escrevivência. Posteriormente, estabeleceu-se cronograma para a entrega dos cadernos, acompanhados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, definindo-se prazo para devolução. Os cadernos continham questões norteadoras que abrangiam: memórias da infância até a formação acadêmica; vivências profissionais no ambiente universitário; dimensões afetivas e estratégias de resistência. Ao término do período de escrita, realizou-se encontro para a entrega dos materiais, ocasião em que foi conduzido diálogo complementar para compor o caderno de escrevivência da pesquisadora, considerando que esta contitui-se como método de registro utilizado na construção da tese.

A abordagem metodológica valoriza a sensibilidade e a afetividade na leitura dos relatos, e, isso proporcionou a escuta de subjetividades historicamente silenciadas. O processo de aproximação envolveu troca de correspondências e dois encontros presenciais, inspirado em práticas de cuidado descritas por Lisboa, Tavares e Sousa (2024) e em rodas de escuta detalhadas por Andrade (2024) visou construir confiança, garantindo coautoria interpretativa e direito de veto a informações que pudessem expor a participante. Todas as professoras assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

O dispositivo metodológico dialoga com as propostas de bell hooks (1995) e Audre Lorde (2009), que defendem a relevância da escrita como forma de resistência afetiva, e com as perspectivas de Conceição Evaristo (2005), que vê na escrevivência um instrumento de produção de saber coletivo.

Por questões éticas e com o intuito de preservar a privacidade da participante, optou-se pelo anonimato da docente, utilizando apenas o pseudônimo DN ao longo do texto para assegurar que a narrativa se mantenha fiel à experiência vivida, sem expor detalhes que possam comprometer a integridade e a autonomia da autora do relato.

Análise da Escrivência de DN

A escrita da docente DN evidencia múltiplos atravessamentos e desafios que se manifestam tanto na esfera pessoal quanto na institucional. A análise do caderno mostra que o relato de DN pode ser dividido em quatro categorias inter-relacionadas, que articulam a vivência de exclusão com a força da resistência.

Racismo institucional e judicialização do acesso

Mantêm-se, portanto, as quatro dimensões analíticas que orientam a leitura da escriturização de DN: racismo institucional e judicialização do acesso; dor do apagamento e do não-pertencimento; escriturização como resistência e construção coletiva; e caminhos para a inclusão em diálogo estreito com outras investigações que recorrem à escrita de si de docentes negras. Estudos como Lisboa, Tavares e Sousa (2024), Pereira (2024) e Rocha e Azevedo (2021) demonstram que esses mesmos eixos aparecem, com pequenas variações, em diferentes contextos regionais, o que reforça sua pertinência como lente interpretativa e ancoragem para comparações interinstitucionais

De modo complementar, evidências estatísticas recentes ajudam na compreensão do racismo institucional, que atravessa tais narrativas: o Censo da Educação Superior 2023 mostra que mulheres negras representam apenas 14 % do corpo docente das universidades federais, concentrando-se majoritariamente em cargos iniciais; já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (IBGE, 2024) registra que elas recebem, em média, 28 % menos que colegas brancas com a mesma escolaridade. Os indicadores econômicos e ocupacionais situam a escriturização de DN em um cenário amplo de desigualdades históricas, evidenciando que sua trajetória individual reflete tendências estruturais do mercado de trabalho acadêmico.

A trajetória de DN evidencia claramente os mecanismos do racismo institucional presente no ambiente universitário. A própria experiência de ter sua autodeclaração racial contestada, levando-a a buscar a via judicial, demonstra como o Estado e as instituições de ensino mantêm práticas excludentes. DN relata: “Tomei posse no meu concurso em 27 de abril de 2023 após um ano de certame, uma vez que entrei por via judicial [...]”

A fala ressalta a dificuldade de acesso e a necessidade de recorrer a mecanismos legais para superar as barreiras impostas por uma lógica institucional que nega a legitimidade do pertencimento negro. Ademais, a narrativa registra: “Ouvi que eu não poderia concorrer por cotas porque não considerariam a lei de cotas número 12.711 de

2012 na segunda etapa do concurso.”

Tais afirmações evidenciam a seletividade do Estado na garantia dos direitos assegurados por políticas afirmativas. Autoras como Sueli Carneiro (2003) apontam que o racismo institucional se manifesta não pela ausência de normas, mas por sua aplicação seletiva e pela vigilância incessante dos corpos negros. Além disso, Jurema Werneck (2016) ressalta que as bancas heteroidentificadoras, ainda que justificadas como instrumentos de controle, acabam por reforçar estereótipos e reproduzir uma lógica visual que submete o corpo negro à constante verificação.

De modo geral, a classificação étnico-racial no Brasil parte do princípio da autoidentificação: nas pesquisas do IBGE, cada pessoa declara livremente pertencer a uma das cinco categorias (branca, preta, parda, amarela ou indígena), sem qualquer validação externa, em consonância com o art. 5º da Constituição (princípio da igualdade) (Brasil, 1988 IBGE, 2008). A lógica embasa políticas como a Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e as cotas na educação (Lei 12.711/2012), que reconhecem a autodeclaração como direito subjetivo e instrumento de reparação histórica (Brasil, 2010; Brasil, 2012).

Nos concursos públicos federais, porém, a Lei 12.990/2014 introduziu o procedimento de heteroidentificação complementar para coibir fraudes, assim após a inscrição por autodeclaração, o candidato é submetido a uma banca composta, em regra, por cinco membros, que avaliam traços fenotípicos (cor da pele, tipo de cabelo, fisionomia) em sessão filmada, com direito a recurso (Brasil, 2014). O rito está detalhado na Portaria Normativa 4/2018-SGP/MPDG, que padroniza gravação, quórum, sigilo e prazos recursais (Brasil, 2018). Enquanto algumas universidades reproduzem fielmente esse modelo, outras adotam critérios amplos, e isso inclui contexto familiar ou documentos históricos, o que pode aproximar-se ou distanciar-se das diretrizes de autodeclaração do IBGE e gerar controvérsias jurídicas sobre quem, de fato, deve ser reconhecido como beneficiário das ações afirmativas.

A judicialização, assim, representa um instrumento de acesso às políticas afirmativas, mas se contradiz como um ato de resistência que denuncia a falha das instituições em reconhecer de maneira plena a identidade negra dos seus membros. DN, ao vencer a batalha judicial, torna-se símbolo da luta contra os mecanismos de exclusão que permeiam a universidade, o que destaca a necessidade de um repensar das práticas institucionais para que estas possam efetivamente incorporar os princípios de equidade e inclusão.

A trajetória de DN insere-se num cenário político marcado por intensas disputas

em torno das políticas de ações afirmativas no Brasil. A promulgação da Lei nº 12.990/2014, que reserva vagas para pessoas negras em concursos públicos federais, representou uma transformação importante em termos de inclusão. No entanto, essa medida tem sido desafiada por práticas que convertem a autodeclaração racial – instrumento conquistado pelo movimento negro – em campo de disputa.

As bancas de heteroidentificação atuam como mecanismos de controle que, mesmo tendo a função de evitar fraudes, acabam por reforçar critérios racializados baseados em estereótipos visuais. Tal vigilância sobre os corpos negros evidencia a persistência de um sistema que nega a legitimidade da identidade negra e impõe barreiras para a inserção plena desses indivíduos nos espaços de poder. Sueli Carneiro (2003) já alertava que o racismo institucional se manifesta justamente por meio de normas aparentemente neutras, mas que, na prática, reproduzem desigualdades históricas.

Nesse sentido, a judicialização do acesso de DN ao cargo público não é um caso isolado, mas sim um exemplo do atual contexto de contestação às políticas de ações afirmativas. O cenário se agrava diante da ascensão de discursos ultraconservadores e da retração das iniciativas de promoção da igualdade racial. Como observa Lélia Gonzalez (1988), o mito da democracia racial atua como um mecanismo de naturalização das desigualdades, contribuindo para a desmobilização das lutas antirracistas e para a manutenção de um sistema que privilegia a branquitude.

Diante dessa conjuntura, a resistência de DN expressa na escrita de sua experiência transcende o âmbito pessoal e se inscreve num movimento amplo de reivindicação por uma universidade verdadeiramente inclusiva e emancipadora. O relato da docente evidencia que o acesso à universidade não é suficiente para garantir o reconhecimento da identidade; é preciso, também, reconhecer e valorizar os saberes e as experiências dos corpos marginalizados, conforme defendem Nilma Lino Gomes (2017) e Patricia Hill Collins (2019).

Para aprofundar a análise, em 4.2 serão exploradas as cicatrizes do apagamento e do não-pertencimento vivenciados por DN e analisados os episódios de constrangimento e a constante negação de sua identidade, desde a infância até o ambiente universitário. O texto investiga como o racismo vai além das barreiras formais, afetando a percepção de si e reforçando papéis excludentes.

A dor do apagamento e do não-pertencimento

A escriturização de DN carrega consigo marcas de exclusão e apagamento, que se

manifestam desde a infância até o ambiente acadêmico. A narrativa revela episódios de constrangimento e de questionamento de sua identidade, situações que se estendem para além do contexto do concurso público e adentram aspectos cotidianos da vida de mulheres negras. DN descreve: “Mesmo com boas condições de vida, sempre passando por situações constrangedoras atreladas ao racismo.”

A fala evidencia que, apesar das aparências de uma trajetória pautada na mobilidade social e no acesso à educação formal, o racismo transcende o campo econômico e alcança a própria percepção de si mesma. Outro trecho marcante do relato registra: “As pessoas corriqueiramente me perguntavam se [meu filho] era meu e muitas vezes se eu seria a babá dele.”

A afirmação representa de maneira dolorosa a lógica excludente que associa a mulher negra a papéis subordinados e deslegitimados, ao mesmo tempo em que nega sua capacidade de exercer a maternidade de forma plena. Essa situação, conforme discutido por Grada Kilomba (2019) e Patricia Hill Collins (2019), revela a violência simbólica que permeia os espaços de poder e que insiste em negar a identidade e a autoridade dos corpos negros.

No âmbito acadêmico, essa dinâmica se intensifica. DN relata que no ambiente universitário as experiências de exclusão tornam-se ainda mais agudas: “No contexto acadêmico depois de adulta também não era diferente, creio que até pior [...]” A experiência, de acordo com Nilma Lino Gomes (2017), evidencia que o acesso à universidade não implica, por si só, o reconhecimento de um pertencimento pleno. As barreiras institucionais e a manutenção de uma cultura de exclusão fazem com que o ambiente acadêmico perpetue a lógica da desvalorização dos saberes e das identidades negras.

Assim, o relato de DN é um espelho das contradições presentes na política de ações afirmativas: por mais que as vagas sejam reservadas, o reconhecimento de uma identidade plena permanece negado diante de práticas que perpetuam o controle e a vigilância sobre o corpo negro.

A análise da escriturização de DN permite refletir sobre os mecanismos de produção e validação do conhecimento no contexto das universidades públicas. Tradicionalmente, o saber acadêmico tem sido moldado por uma lógica eurocêntrica e neutra, que frequentemente exclui as epistemologias e as experiências de populações historicamente marginalizadas. Nesse cenário, a escrita de DN representa um ato de contestação, ao subverter os parâmetros tradicionais e afirmar a relevância de saberes que emergem do cotidiano e das experiências de opressão.

Ao transformar sua narrativa numa ferramenta de resistência, DN propõe uma epistemologia feminista negra que valoriza a vivência como autoridade. Essa abordagem, inspirada por bell hooks (1995) e reforçada por Patricia Hill Collins (2019), contrasta com a neutralidade e o universalismo do saber acadêmico tradicional, apontando para a necessidade de reconhecer a pluralidade dos saberes e de ampliar os horizontes da produção científica. Assim, a escrevivência não se restringe ao registro de uma trajetória pessoal, mas assume o papel de um documento histórico e epistemológico que denuncia o epistemicídio e propõe alternativas para a construção de uma universidade democrática.

A seguir, em o foco se volta para a escrevivência como ato transformador e de resistência coletiva. A discussão apresentará como DN utiliza a escrita para converter dor em mobilização e ressignificar sua trajetória pessoal. A categoria argumenta que o exercício de escrever fortalece a identidade e permite a construção de uma memória compartilhada. Assim, a narrativa de DN é posicionada como instrumento subversivo que rompe com as estruturas opressoras.

Escrevivência como resistência e construção coletiva

A dimensão política e transformadora da escrevivência torna-se o ponto central da narrativa de DN. Para a docente, escrever a própria história é um ato de resistência que refuta o silenciamento e a invisibilidade historicamente impostos às mulheres negras. DN afirma: “Não posso fraquejar na luta constante por me fazer presente e assumir de cabeça erguida um lugar legítimo que eu conquistei como os demais colegas.” A escrita, nesse caso, é entendida como um gesto insurgente, como um instrumento que permite a DN transpor o papel de vítima para o de agente transformadora.

Na sua narrativa, DN enfatiza que sua atuação vai além da docência, estendendo-se para a militância e para a coordenação de políticas institucionais: “Sou docente de disciplinas da graduação, pós-graduação, coordenadora de comissão de saúde mental e ativista sindical [...]” A afirmação reafirma sua competência profissional, já que a coloca na condição de referência para outras mulheres negras, oferecendo um modelo de resistência que desafia a lógica da exclusão institucional. A escrevivência, conforme defendido por Conceição Evaristo (2005), é uma escrita de si que se inscreve no coletivo, ampliando as narrativas individuais para uma dimensão compartilhada de luta e superação.

bell hooks (1999) e Audre Lorde (2009) ressaltam que a escrita das mulheres negras é uma prática de liberdade – um meio pelo qual se reconstrói a identidade, se

reafirma a autoridade dos saberes e se torna possível o enfrentamento das estruturas de opressão. Ao fazer uso de seu caderno como dispositivo metodológico, DN transforma sua dor e seus desafios em instrumentos de mobilização e de construção coletiva. Esse movimento de transformar a experiência pessoal em saber coletivo é um mecanismo para reverter o epistemicídio, termo que, ressignificado pelas intelectuais negras, denuncia a exclusão das epistemologias negras dos espaços de produção de conhecimento.

A escrita de DN, ao unir memória, denúncia e projeção de futuro, configura-se como uma prática insurgente que rompe com a lógica da neutralidade acadêmica e reafirma a importância da experiência como forma de resistência política. Assim, a escriturização se torna um documento histórico vivo, que traduz as contradições do sistema e abre caminho para a construção de um ambiente universitário mais justo e inclusivo.

Pelo relato de DN, sua capacidade de construir pontes entre a experiência individual e a memória coletiva torna-se um instrumento de mobilização que fortalece a identidade e a resistência das mulheres negras. Cada narrativa insere-se num contínuo que recolhe diversas histórias e experiências, contribuindo para a elaboração de uma memória coletiva que desafia o apagamento histórico.

Neste sentido, a escrita se configura como uma prática pedagógica e política que estimula a reflexão crítica e propõe novos modos de existir e ensinar na universidade. DN, ao narrar suas vivências, transforma a dor em mobilização coletiva, inspirando outras mulheres negras a reivindicarem o seu espaço e a reconfigurarem o discurso acadêmico. Conforme propõe Conceição Evaristo (2005), escrever-se é construir uma memória que resgata territórios de afeto e conhecimento, desestabilizando as estruturas que historicamente silenciaram as vozes negras.

A atuação de DN, por meio da escriturização, evidencia a importância de transformar a universidade em um espaço onde a diversidade e a pluralidade de saberes sejam reconhecidas e valorizadas. Ao ocupar cargos estratégicos na graduação, pós-graduação e no setor sindical, a docente reafirma sua competência e simboliza a urgência de repensar o modelo institucional e de ampliar as ações afirmativas para além do acesso, passando a abranger o efetivo reconhecimento e a inclusão plena dos corpos e saberes marginalizados.

A categoria concentra-se nos caminhos para a inclusão a partir da experiência de DN na universidade; são debatidos os desafios enfrentados e as estratégias para afirmar a legitimidade dos saberes e identidades negras. O texto enfatiza a necessidade de uma abordagem interseccional que repense as políticas institucionais e culturais.

Experiência de DN e os caminhos para a inclusão

Ao analisar a trajetória de DN, observam-se desafios e possibilidades que convidam a uma reflexão mais ampla sobre as políticas de inclusão racial nas universidades públicas. A experiência relatada evidencia que a luta por acesso não se esgota na entrada, mas se estende à necessidade constante de afirmar a legitimidade da presença e dos saberes das mulheres negras.

A contestação da autodeclaração racial e a necessidade de recorrer à via judicial sinalizam as falhas de um sistema que, apesar de adotar medidas de inclusão, mantém estruturas excludentes e mecanismos de controle simbólico. Assim, o caso de DN reflete as múltiplas dimensões do racismo institucional, que operam tanto por meio de dispositivos legais quanto por meio de práticas cotidianas de exclusão. A partir dessa realidade, torna-se urgente a implantação de políticas institucionais que ampliem o acesso e que promovam uma transformação das culturas organizacionais das universidades.

Além disso, a escriturização revela que a luta antirracista na universidade não pode se limitar a medidas meramente administrativas ou burocráticas. É preciso repensar as formas de produção e validação do conhecimento, incorporando novos paradigmas epistemológicos que reconheçam a importância das experiências históricas e culturais dos povos negros. A escrita de DN, ao provocar uma ruptura com a tradição acadêmica dominante, aponta para a necessidade de um novo olhar, capaz de valorizar e legitimar os saberes que emergem da vivência e da história dos sujeitos marginalizados.

A trajetória relatada reforça a importância de uma abordagem interseccional para compreender os múltiplos enfrentamentos vividos pelas mulheres negras. No caso de DN, os atravessamentos de raça, gênero e classe social interagem de forma a construir uma experiência marcada pelo desafio constante de afirmar sua identidade diante de um sistema que insiste em silenciá-la. Essa realidade, conforme evidenciado por Djamilia Ribeiro (2017), Patricia Hill Collins (2019) e Nilma Lino Gomes (2017), evidencia a necessidade de olhar para as especificidades das opressões e de repensar as políticas de inclusão de maneira a contemplar a complexidade dos processos de exclusão.

É importante reconhecer que a escriturização não se encerra num relato de dor, mas se configura como um manifesto político e uma promessa de transformação. A narrativa de DN demonstra que, ao se afirmar enquanto produtora de saber, a docente denuncia as estruturas opressoras e constrói novos caminhos para a resistência e para a transformação social. A universidade, ao acolher essa escrita insurgente, pode se

transformar num espaço de emancipação, onde as experiências dos sujeitos marginalizados se tornam fonte de inspiração e base para a construção de um ambiente verdadeiramente democrático e inclusivo.

A escriturização de DN expõe, de maneira contundente, as contradições do projeto da universidade pública brasileira. Embora se propunha a promoção da diversidade e a ampliação dos espaços de inclusão, o ambiente universitário ainda se encontra impregnado por estruturas racializadas, elitistas e patriarcais. A trajetória da docente negra, que teve de recorrer à Justiça para ter sua autodeclaração reconhecida, é uma comprovação de que o acesso às políticas de cotas é apenas o primeiro passo de uma jornada permeada de desafios e disputas permanentes.

Conforme discutem Nilma Lino Gomes (2017) e Patricia Hill Collins (2019), a presença de mulheres negras na universidade nunca é plenamente reconhecida; ao invés disso, está sempre sujeita a mecanismos de controle, suspeição e silenciamento. Cada conquista torna-se um espaço de prova em que a competência e a legitimidade são constantemente questionadas, não por ausência de mérito, mas pelo simples fato da marca racial. É nesse cenário que a escriturização se transforma num ato político, capaz de desafiar o controle simbólico e de abrir caminho para a emergência de novos saberes e novas formas de resistência.

Ao narrar sua infância, juventude, maternidade e atuação como docente, DN se inscreve num contínuo que reúne inúmeras mulheres negras. Esse movimento, ao partilhar experiências e saberes, desestabiliza a norma e reconfigura o lugar da mulher negra na universidade. Escrever-se, como propõe Conceição Evaristo (2005), é inscrever-se na memória coletiva e transformar a dor pessoal em uma ferramenta poderosa de construção e resistência. Dessa forma, a escriturização de DN denuncia as barreiras existentes e abre espaço para a rearticulação de uma nova universidade, uma instituição que reconheça a pluralidade dos saberes e as experiências daqueles que, historicamente, foram excluídos.

Por meio da prática pedagógica e política de DN, observa-se o que bell hooks (2013) denomina “ensinar para transgredir”, uma pedagogia do enfrentamento que valoriza a escuta, o cuidado e a afirmação da diversidade. Ao ocupar posições estratégicas dentro do ambiente universitário, a docente exemplifica que a luta por justiça e inclusão não se restringe ao campo dos discursos, mas se faz necessária no cotidiano, onde corpos e saberes resistem e persistem. Angela Davis fortalece essa ideia ao afirmar que a luta por justiça é uma prática diária, enraizada na experiência dos sujeitos que se recusam a ser silenciados pela hegemonia opressora.

A escrevivência, portanto, pode ser entendida como um documento que, transforma vidas frequentemente relegadas ao silêncio em fontes legítimas de conhecimento e crítica. O relato de DN é, simultaneamente, uma denúncia e uma promessa: denuncia as falhas e os mecanismos excludentes que ainda marcam a universidade, e, ao mesmo tempo, aponta a possibilidade de um futuro em que a memória negra seja vista como uma mudança estrutural.

Em um contexto político nacional marcado pela ascensão de discursos conservadores e pela retração das políticas públicas de promoção da igualdade racial, a escrevivência de DN se mostra como um ação de resistência. Sua narrativa impregnada de dor, força, crítica e esperança inaugura um caminho onde o acesso à universidade deixa de ser o fim da luta e sim em um começo. Ao reivindicar seu direito de existir e de produzir conhecimento, DN não caminha sozinha; seus passos ecoam e abrem espaço para que muitas outras mulheres negras se inscrevam no movimento por uma universidade que acolhe vozes, conhecimentos e promova a equidade.

Algumas considerações

A leitura da escrevivência de DN permite repensar os mecanismos de exclusão que ainda permeiam as instituições de ensino superior no Brasil. Ao partir da sua escrevivência, para construir uma análise interseccional, o presente estudo refletiu sobre a urgência das políticas de acesso e a própria cultura institucional das universidades.

Cada reivindicação da docente – seja na luta judicial para o reconhecimento da autodeclaração racial, seja na transformação de sua narrativa em instrumento de resistência – simboliza a necessidade de uma revisão dos paradigmas que regem a produção e a validação do conhecimento. O caso de DN demonstra que, para que a universidade se torne um espaço verdadeiramente inclusivo e plural, é imprescindível que se reconheçam os saberes e as experiências que emergem dos corpos historicamente marginalizados.

Ao reivindicar seu espaço, DN garante sua presença e abre espaço para uma nova maneira de ver a educação, uma educação que acolhe as múltiplas dimensões do ser, que valoriza a experiência vivida e que se recusa a aceitar a lógica da exclusão. Esse movimento de resistência, por meio da escrevivência, demonstra que a luta pela igualdade é constante e que cada narrativa de resistência se converte em um legado insurgente capaz de transformar o presente e construir um futuro melhor.

Portanto, a escrevivência de uma docente negra, como a analisada nesse artigo, é

muito mais do que um relato pessoal: é uma prática política, um manifesto e uma proposta de repensar o fazer institucional. Em cenário em que o acesso à universidade não é garantia de pertencimento, a escrita se torna o instrumento que reafirma a existência, a competência e a legitimidade dos corpos negros, abrindo espaços para novas epistemologias que rompem com a lógica eurocêntrica e excludente.

A análise apresentada convida a sociedade em geral a repensar as práticas institucionais e a valorizar os saberes que emergem da diversidade. A resistência de DN mostra que a luta por justiça não termina com a entrada no ambiente acadêmico, mas se estende pela necessidade diária de reafirmar a identidade e o saber. Assim, a escrevivência desponta como um poderoso instrumento, capaz de problematizar os caminhos que abrem espaços de emancipação, inclusão e respeito à pluralidade.

A escrevivência é uma ação, insurgente que expõe a experiência de exclusão em uma prática política de resistência. Através da escrita, DN denunciou as barreiras impostas pelo racismo institucional e construiu um legado que se inscreve na memória coletiva e na luta por uma educação inclusiva. Essa prática reafirma que, para além das políticas de cotas, é importante reconhecer e valorizar os saberes e as experiências dos sujeitos que lutam diariamente para ocupar seu espaço, fazendo da universidade pública um local de acesso, de transformação e de produção de conhecimento emancipador.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1. ed. Salvador: Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Rosangela Araújo. **Insubmissas mulheres negras: racismo institucional e cotidiano na escrevivência de uma servidora pública negra**. 2024. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e institui o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20 % das vagas oferecidas nos concursos públicos federais. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas. **Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018.** Estabelece procedimentos para a heteroidentificação complementar à autodeclaração nos concursos públicos da administração pública federal. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 10 abr. 2018.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser: pelo surgimento do sujeito político. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2003. p. 49-82.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment.** 30th Anniversary ed. New York: Routledge, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Gender-related aspects of race discrimination.** Background paper. New York: United Nations Division for the Advancement of Women, 2002.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In: DUARTE, Constância Lima (org.). Escritoras mineiras: poesia, ficção, memória. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2010. p. 11-17.

EVARISTO, Conceição. **Escrituragens e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman: Black Women and Feminism.** Boston: South End Press, 1981.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom.** New York: Routledge, 1994.

HOOKS, bell. **Killing rage: ending racism.** New York: Henry Holt and Company, 1995.

HOOKS, bell. **Remembered rapture: the writer at work**. New York: Henry Holt and Company, 1999.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília. 2015. p.193-210.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça – 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LISBOA, Adrielle Karoline de Sousa; TAVARES, Maria Tereza Goudard; SOUSA, Roberta Dias de. A escrituragem de professoras negras: Educação Infantil e relações étnico-raciais. *Série-Estudos*, v. 29, n. 67, p. 181-200, set./dez. 2024. DOI: 10.20435/serieestudos.v29i67.1891.

LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. Berkeley: Crossing Press, 2007.

PEREIRA, Izabel Santos. Escrituragem de uma mulher, negra e quilombola: questões de raça no trabalho docente. In: **Anais do XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste** – ANPEd Nordeste, GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais, 2024. ISSN 2595-7945.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Renata Melo; AZEVEDO, Patrícia Bastos de. O narrar sobre si e a escrituragem: o lugar da escrita autobiográfica em pesquisa sobre formação de professoras negras. **Revista Inter-Ação**, v. 46, n. 3, p. 1345-1359, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i3.68429.

WERNECK, Jurema. O pacto da branquitude e o racismo institucional. In: SILVA, Petronilha B. *et al.* **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. Brasília: MEC, 2016.

Recebido em abril de 2025.
Aprovado em junho de 2025.